

# ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA HOSPITAL MUNICIPAL CIDADE TIRADENTES

CNPJ/MF: 60.742.616/0013-01

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em reais

<b>Balanço Patrimonial</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Balanço Patrimonial</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Demonstração do Resultado</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>	
<b>Ativo Circulante</b>		<b>8.181.445</b>	<b>2.154.844</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>19.687.468</b>	<b>19.394.536</b>	<b>Receitas Operacionais</b>		<b>142.785.115</b>	<b>133.799.525</b>	
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)		6.544.398	759.520	Fornecedores		1.372.644	1.663.326	<b>Receitas de atividades assistenciais</b>		<b>141.039.209</b>	<b>131.640.774</b>	
Estoques (nota nº 6)		787.105	753.690	Obrigações trabalhistas (nota nº 11)		4.205.737	4.005.808	Verbas aplicadas para custeio (nota nº 19)		141.039.209	131.640.774	
Adiantamentos (nota nº 7)		802.685	597.976	Obrigações sociais (nota nº 12a)		1.149.231	1.167.414	<b>Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias</b>		<b>1.745.906</b>	<b>2.158.751</b>	
Outros créditos		14.933	11.311	Obrigações tributárias (nota nº 13)		732.011	656.591	Doações (nota nº 20)		267.595	602.727	
Despesas antecipadas		32.324	32.347	Férias a pagar		8.933.798	8.862.119	Financeiras deduzidas das despesas (nota nº 21)	(32.264)	234.626		
<b>Não Circulante</b>		<b>10.741.396</b>	<b>11.385.122</b>	Serviços prestados por terceiros		2.138.213	1.750.396	Verbas de investimento		1.188.607	1.016.394	
Depósitos judiciais (nota nº 8)		8.562.597	8.113.105	Provisão para contingências (nota nº 14)		205.000	667.730	Outras receitas		321.968	305.004	
<b>Permanente</b>		<b>2.178.799</b>	<b>3.272.017</b>	Outras contas a pagar		697.944	621.045	<b>Despesas Operacionais</b>		<b>142.785.115</b>	<b>137.239.511</b>	
Imobilizado (nota nº 9)		2.178.799	3.272.017	Subvenções e assistências governamentais a realizar (nota nº 15)		252.890	107	Despesas com pessoal		88.674.275	87.250.291	
<b>Total do Ativo</b>		<b>18.922.841</b>	<b>13.539.966</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>11.494.396</b>	<b>12.680.835</b>	Despesas administrativas e gerais		3.900.303	3.646.848	
<i>As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras</i>				Provisão para contingência (nota nº 14)		753.000	789.519	Seviços prestados por terceiros		29.932.065	27.901.458	
<b>1. Contexto Operacional: a. Reconhecimento da utilidade pública:</b> A Casa de Saúde Santa Marcelina é qualificada como Organização Social de Saúde, de acordo com a Lei Municipal nº 14.132/06, e gestora do Hospital Municipal Cidade Tiradentes em decorrência do Contrato de Gestão nº 002/2007 firmado com a Secretaria Municipal da Saúde – SMS/SP em 28/05/2007 para execução de ações e serviços de saúde. <b>b. Áreas de atuação:</b> O Hospital tem por finalidade atender, exclusivamente, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, tendo como alvo as seguintes ações: 1. Internação Hospitalar; 2. Atendimento às Urgências/Emergências; 3. Serviços de Apoio Terapêutico e Diagnóstico – SADT Externo; 4. Serviço de atendimento domiciliar – Melhor em Casa; 5. Hospital Dia Cirúrgico / Consultas Ambulatoriais /Cirurgias Eletrivas. <b>c. Da manutenção:</b> Os recursos econômico-financeiros da OSS Santa Marcelina Hospital Cidade Tiradentes são provenientes: 1. dos recursos previstos no contrato de gestão firmado com a Secretaria Municipal da Saúde – SMS/SP; 2. dotações e contribuições de entidades nacionais estrangeiras; 3. derendimentos de aplicações dos ativos financeiros e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização. Os recursos repassados poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação revertam-se, exclusivamente, aos objetivos previstos no Contrato de Gestão. <b>d. Da organização:</b> A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Diretora Presidente. 2. Administradora Hospitalar. <b>2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 – relativa às Entidades Sem Finalidade de Lucros, sendo autorizadas para emissão em 18/02/2019. <b>2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis:</b> As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. As demonstrações contábeis referentes a 31/12/2017, divulgadas para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação. <b>3. Principais Práticas Contábeis:</b> Um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Entidade considerando a legislação acima referida e os respectivos normativos contábeis em vigor ao final de cada um dos exercícios ora apresentados, é fornecido a seguir: <b>Contas de resultado</b> O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão com a Secretaria Municipal da Saúde do Município de São Paulo são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1): Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (caixa e equivalentes de caixa) em contrapartida com asverbas a aplicar no passivo circulante. Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício. Rendimentos de aplicações financeiras: Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. <b>Ativo circulante e não circulante - Caixa e equivalentes de caixa</b> - Compreendem, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço; <b>Estoques</b> - Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado ou o custo de reposição. <b>Imobilizado</b> - Composto dos bens móveis e imóveis recebidos da Secretaria Municipal da Saúde – SMS/SP conforme Termo de Permissão de Uso de 28/05/2007 e dos bens adquiridos com os recursos oriundos do Contrato de Gestão repassado pela Secretaria Municipal da Saúde – SMS/SP, registrados ao custo histórico, mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear a taxas consistentes com os exercícios anteriores. <b>Valor de recuperação de ativos (impairment)</b> - O imobilizado é revisto se forem identificadas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. <b>Passivo circulante e não circulante - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, incorridos até a data do balanço.</b> <b>Provisões</b> - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituida como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. <b>Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)</b> - Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1). <b>Contribuição ao INSS e impostos</b> - Conforme legislação vigente, a OSS Santa Marcelina Hospital Cidade Tiradentes é uma entidade filantrópica e está isenta de pagamento ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda (RIR). <b>Uso de estimativa</b> - A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. <b>4. Demonstrativo de Produção (não auditado):</b> Na tabela abaixo demonstramos os dados estatísticos de atendimentos realizados pelo Hospital:												
<b>Atividade</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>% Realizado</b>	<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saídas Hospitalares	13.200	16.057	122%	Salários	4.149.886	3.974.843	11. Obrigações Trabalhistas: Descrição	<b>2018</b>	<b>2017</b>	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<b>5.430.774</b>	<b>(1.841.370)</b>
SADT Externo	24.000	22.094	92%	Pensão Alimentícia	24.175	17.661	Atividades de Investimento			Aquisição (baixa) de imobilizado	<b>(121.419)</b>	<b>(16.619)</b>
PROHDOM/Melhor em casa	2.160	2.230	103%	Rescisões	31.676	13.304	Baixas de bens no imobilizado			Baixas no imobilizado	<b>26.031</b>	<b>10.854</b>
Hospital dia	960	1.375	143%	Total Circulante	<b>4.205.737</b>	<b>4.005.808</b>	atividades de investimento			Atividades de Financiamento	<b>(95.388)</b>	<b>(5.765)</b>
Ambulatório	1.200	3.035	253%	12. Obrigações Sociais: 12a.) - Descrição	<b>2018</b>	<b>2017</b>	Depósitos judiciais			Depósitos judiciais	<b>449.492</b>	<b>-</b>
Cirurgias Eletrivas	2.400	2.686	112%	INSS	402.880	383.625	Obrigações trabalhistas			Obrigações trabalhistas	<b>199.929</b>	<b>214.511</b>
<b>5. Caixa e Equivalentes de Caixa:</b> Estão representadas substancialmente os saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo em fundo de investimento: <b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>13. Obrigações Sociais: 12a.) - Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	Reservas e encargos			Obrigações sociais	<b>(18.183)</b>	<b>1.367.274</b>	
Caixa	1.500	1.500	-	FGTS	710.390	679.359	Provisão de férias e encargos			Obrigações tributárias	<b>75.419</b>	<b>(4.032)</b>
Bancos conta movimento	250.000	-		Contributiones sindicais	816	652	Contas a pagar e serviços prestados por terceiros			Contingências	<b>(499.249)</b>	<b>(248.263)</b>
Aplicações financeiras	6.292.898	758.020		PIS a recolher	0	85.127	Verbas e subvenções			Variações no capital circulante	<b>(441.748)</b>	<b>606.087</b>
<b>Total</b>	<b>6.544.398</b>	<b>759.520</b>		INSS a recolher - retenções	6.943	3.905	Outras contas a pagar			Adiantamentos	<b>(204.709)</b>	<b>104.359</b>
<b>6. Estoques:</b> Os estoques em 31 de dezembro são valorizados pelo custo médio não superam o valor de mercado:				INSS sobre autônomos	28.202	14.746	Estoques			Estoques	<b>(33.415)</b>	<b>108.580</b>
<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>		Total Circulante	<b>1.149.231</b>	<b>1.167.414</b>	Outros créditos			Outros créditos	<b>(3.622)</b>	<b>(3.750)</b>
Material médico hospitalar em geral	259.345	286.045		12b) - Descrição	<b>8.535.708</b>	<b>8.087.595</b>	Despesas antecipadas			Despesas antecipadas	<b>23</b>	<b>(1.394)</b>
Drogas e medicamentos	319.127	301.806		PIS processo judicial	26.889	25.511	Depósitos judiciais			Depósitos judiciais	<b>(449.492)</b>	<b>(1.320.230)</b>
Produtos de limpeza	37.089	38.159		ICMS s/ energia elétrica	26.889	25.511	Fornecedores			Fornecedores	<b>(290.682)</b>	<b>1.537.614</b>
Material de expediente	41.944	46.529		Total Não Circulante	<b>8.562.597</b>	<b>8.113.105</b>	Obrigações trabalhistas			Obrigações trabalhistas	<b>199.929</b>	<b>214.511</b>
Material de manutenção	31.358	30.776		11. Obrigações Trabalhistas: Descrição	<b>4.205.737</b>	<b>4.005.808</b>	Obrigações sociais			Obrigações sociais	<b>(18.183)</b>	<b>1.367.274</b>
Gêneros alimentícios em geral	49.669	28.845		12. Obrigações Sociais: 12a.) - Descrição	<b>2018</b>	<b>2017</b>	Obrigações tributárias			Obrigações tributárias	<b>75.419</b>	<b>(4.032)</b>
Órteses e próteses	6.689	3.489		INSS	5.333	5.516	Provisão de férias e encargos			Provisão de férias e encargos	<b>71.679</b>	<b>1.232.644</b>
Materiais descartáveis	25.525	9.563		Contributiones retidas Lei 10.833	90.501	80.264	Contas a pagar e serviços prestados por terceiros			Contas a pagar e serviços prestados por terceiros	<b>387.817</b>	<b>(1.7</b>

...Continuação doações que foram recebidas durante o período:

Descrição	2018	2017
Doações em materiais e medicamentos	267.595	602.427
Doações pessoa jurídica	-	300
<b>Total</b>	<b>267.595</b>	<b>602.727</b>
<b>21. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas:</b> Os encargos financeiros apropriados ao resultado estão demonstrados abaixo:		
Descrição	2018	2017
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros (*)	(1.090)	(185.141)
Despesas bancárias	(37.222)	(31.994)
<b>Subtotal</b>	<b>(38.312)</b>	<b>(217.135)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos aplicações	-	258.343
Descontos obtidos	6.048	8.512
Juros	184.906	-

#### Parecer do Conselho Econômico e Fiscal

A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina Hospital Municipal Cidade Tiradentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações

#### Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina Hospital Municipal Cidade Tiradentes São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina Hospital Municipal Cidade Tiradentes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina Hospital Municipal Cidade Tiradentes em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: Situação financeira: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, a Entidade apresentou passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, naquela data, o seu passivo total, excedia o seu ativo total em R\$12.259.023. A Organização dependerá do repasse de verbas complementares futuras a fim de obter o reequilíbrio econômico-financeiro para a manutenção normal de suas operações. Manutenção do contrato de gestão: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis, que prevê repasses até o mês de março de 2019, conforme Portaria 202/2018 – emitida pela Superintendência da Autarquia Hospitalar Municipal, que prorrogou a vigência do contrato. Assim posteriormente a esta data, a renovação depende da nova prorrogação ou do resultado do chamamento público que definirá o gestor do contrato. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. • Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório de atividades, conforme demonstrado na nota explicativa nº 04. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório de atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

#### Subtotal

6.048 451.761

#### Total Líquido

(32.264) 234.626

**22. Seguros:** A OSS Santa Marcelina Hospital Cidade Tiradentes mantém apólices para cobertura de seguros embora no contrato de gestão não esteja prevista a exigência e a responsabilidade de manter seguros sobre os bens. **23. Serviços Compartilhados:** Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de abril de 2014 foi aprovado o Regulamento de Gestão Corporativa da Área de Tecnologia da Informação e o critério de rateio dos custos e despesas comuns, sendo utilizada a quantidade de leitos. Em função desse rateio foi debitado ao Hospital no período a importância de R\$584.394. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2014 foi aprovado o Regulamento de Compartilhamento de Serviço: Laboratório de Patologia Clínica. Por rescisão do contrato com a prestadora destes serviços, os exames laboratoriais da Entidade passaram a ser efetuados pelo Hospital Santa Marcelina de Itaquera. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de julho de 2014 foi aprovada pelo refer-

ido Conselho o procedimento e fixado o custo segundo os valores da Tabela SUS acrescido de 30% a partir de Junho/17 devido a reajuste na prestação de serviço. De acordo com os exames realizados foi debitado ao Hospital no período a importância de R\$2.914.097. **24. Mudança De Critério Contábil:** Prática contábil de reconhecimento de receita: Durante o exercício de 2018 a Entidade identificou a necessidade de alterar o modelo das demonstrações contábeis na forma de reconhecimento da receita relacionada aos valores recebidos no contrato de gestão firmado com a Secretaria Municipal da Saúde do Município de São Paulo, conforme requerido pela CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Anteriormente, os recursos empregados na aquisição do ativo imobilizado e intangível e os bens recebidos em doação, provenientes das subvenções governamentais, eram registrados diretamente no patrimônio social.

Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente  
Luis Roberto Teles - Contador CRC 1SP182786/O-8

do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente a aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembleia geral deste Conselho. São Paulo, 31/01/2019. Irmã Giuseppina Raineri, Irmã Maria Theresa Lorenzoni, Irmã Carla Rosimeire Felix

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 19 de fevereiro de 2019.

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S CRC-2SP 15.753/O-0  
Demétrio Cokinos - Contador - CRC-1SP120.410.O-2



## MECÂNICA BONFANTI S.A.

CNPJ. 51.378.321/0001-65

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018. Ficamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Leme SP, 30 de Março de 2019.

A DIRETORIA.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (R\$ 1.000)		
ATIVO	2018	2017
<b>Circulante</b>	<b>33.411</b>	<b>35.932</b>
Disponibilidades	344	607
Caixa e Equivalente de Caixa	344	607
<b>Direitos Realizáveis</b>	<b>33.067</b>	<b>35.325</b>
Clientes	9.477	12.906
Impostos a Recuperar	281	230
Outros Créditos	623	969
<b>Estoques</b>	<b>22.686</b>	<b>21.220</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>7.769</b>	<b>8.924</b>
<b>Realizável à Longo Prazo</b>	<b>1.694</b>	<b>1.684</b>
Depósitos Judiciais / Compulsórios	1.694	1.684
Investimentos	5	5
Imobilizado	5.891	7.015
Intangível	179	220
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>41.180</b>	<b>44.856</b>
Demonstração de Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (R\$ 1.000)		
<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita de Vendas	47.441	31.505
(-) Custo dos Produtos e Serviços	(39.886)	(29.933)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>7.555</b>	<b>1.572</b>
Despesas Administrativas e Gerais	(3.908)	(3.689)
Despesas Comerciais	(4.167)	(4.607)
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(310)	(62)
Resultado Financeiro Líquido	(1.304)	(418)
<b>Receitas / (Despesas) Operacionais</b>	<b>(9.689)</b>	<b>(8.776)</b>
<b>Resultado Antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(2.134)</b>	<b>(7.204)</b>
Provisão para IRPJ e CSLL	-	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(2.134)</b>	<b>(7.204)</b>
Resultado Líquido por lote de mil ações do capital em R\$	(12,26)	(41,37)

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 a 31 de Dezembro de 2017 (R\$ 1.000)

Descrição	Capital Social	Resultados Acumulados	Total Geral
Saldo em 01/01/17	30.353	(5.439)	24.914
Prejuízo Líquido Exercício	-	(7.204)	(7.204)
Saldo em 31/12/17	30.353	(12.643)	17.710
Prejuízo Líquido Exercício	-	(2.134)	(2.134)
Saldo em 31/12/18	30.353	(14.777)	15.576

#### DIRETORIA

ROSEANA MICHELIN BONFANTI SIMIONI - Diretora Superintendente  
LUIZ BISACCIONI - Diretor Adjunto  
CARLOS FERNANDO TERROSSI - Contador - CRC 1SP242137/O-9

#### Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (R\$ 1.000)

##### Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

2018 2017

(2.134) (7.204)

Ajustes por:

Depreciação e Amortização 1.592 1.719

(=) Sub-Total (542) (5.485)

Variação nos ativos operacionais:

(-) Aumento / Diminuição em Clientes 3.429 (1.820)

(-) Aumento / Diminuição em Impostos e Recuperar (51) (59)

(-) Aumento / Diminuição em Outros Créditos 346 (174)

(-) Aumento / Diminuição em Depósitos Judiciais/Compulsórios (10) (11)